



# RECOMENDAÇÕES SOBRE AS MULHERES E O CLIMA



Funded by  
the European Union

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Os direitos das mulheres, arduamente conquistados, e os progressos alcançados em direção à concretização da igualdade entre mulheres e homens estão a sofrer golpes e retrocessos a nível mundial, incluindo na União Europeia (UE), verificando-se uma redução do espaço cívico, cortes nos financiamentos e ataques aos direitos humanos das mulheres, particularmente no que diz respeito à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos.

Paralelamente, políticas climáticas ambiciosas estão a perder momentum político, à medida que instituições e governos enfraquecem as medidas destinadas a responder à crise ambiental. Neste contexto, tem-se assistido a um processo de “desregulamentação”, justificado por alegados encargos administrativos e/ou custos desnecessários.

As alterações climáticas não afetam todas as pessoas de igual forma, não são neutras: as mulheres e raparigas, especialmente aquelas que enfrentam pobreza, conflitos, deslocação forçada, discriminação ou quaisquer formas de marginalização, encontram-se frequentemente na linha da frente dos seus impactos, sofrendo de insegurança alimentar e hídrica e sobrecarga de trabalho de cuidado não remunerado.

Apesar das evidências claras sobre o papel crucial das mulheres no combate às alterações climáticas — particularmente em funções de liderança e em setores como os da sustentabilidade empresarial e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), estreitamente ligados às questões climáticas —, as mulheres continuam significativamente sub-representadas nos processos de tomada de decisão, incluindo na definição de políticas climáticas.

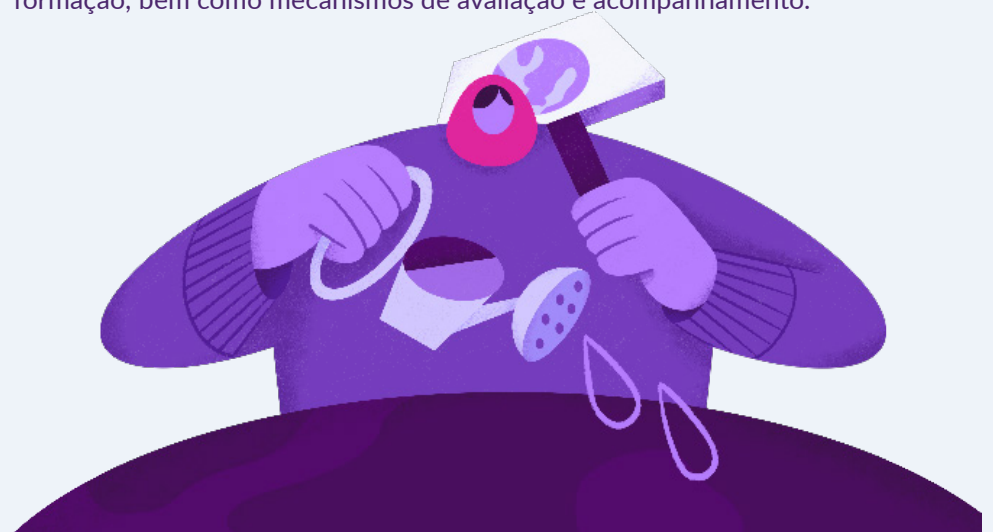
Ao mesmo tempo, as mulheres estão frequentemente entre as primeiras e as mais severamente afetadas pelos impactos das alterações climáticas, bem como por medidas de mitigação e adaptação mal concebidas, que não têm em consideração as desigualdades existentes entre mulheres e homens. Excluir as mulheres não torna a governança climática neutra, torna-a incompleta.

É tempo de as instituições Europeias reconhecerem as ligações profundas entre os direitos das mulheres e as alterações climáticas: enfrentar o retrocesso democrático e comprometer-se com uma ação climática verdadeiramente transformadora requer uma abordagem sensível ao género, que reconheça estas interligações e que coloque a equidade, a participação igualitária e a justiça social no centro de uma transição justa.

De forma a compreender melhor os obstáculos concretos e sistémicos à formulação de políticas climáticas sensíveis ao género, o Lobby Europeu das Mulheres (LEM) desenvolveu, ao longo de dois anos, o projeto “Women in Climate”, com o objetivo de reforçar a integração da perspetiva de género nas políticas climáticas da UE. Esta iniciativa reuniu um conjunto diversificado de partes interessadas de seis Estados-Membros (Roménia, Bulgária, República Checa, Países Baixos, Portugal, Finlândia), que recolheram dados e evidências sobre os diferentes impactos das alterações climáticas nas mulheres e raparigas. Cada participante organizou no seu país eventos nacionais com especialistas, por forma a debater estas questões e desenvolveu recomendações nacionais, que este documento político procura destacar e traduzir em propostas concretas ao nível da UE.

Foram identificadas questões críticas e barreiras sistémicas à formulação de políticas climáticas sensíveis ao género, incluindo, entre outras, a falta de dados desagregados por sexo nos quadros de políticas ambientais e climáticas, o que impede uma avaliação precisa das vulnerabilidades e contributos das mulheres; a ausência de avaliações de impacto de género nas estratégias climáticas nacionais e locais, resultando em decisões sem perspetiva de género; e o subfinanciamento crónico das organizações que trabalham na interseção entre os direitos humanos das mulheres e a justiça climática, limitando a sua capacidade de influenciar políticas públicas ou ampliar modelos eficazes.

Para combater eficazmente as alterações climáticas, sem comprometer os direitos das mulheres, o LEM desenvolveu um conjunto de recomendações centradas em: integração institucional da igualdade entre mulheres e homens e sua transversalização; representação e participação significativa das mulheres na definição de políticas ambientais; financiamento, emprego e economia verde; educação e formação; bem como mecanismos de avaliação e acompanhamento.



A PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PpDM) é a maior organização da sociedade civil portuguesa na área dos direitos humanos das mulheres e raparigas, com 35 organizações-membros. Coordenação nacional do Lobby Europeu das Mulheres (LEM), do Conselho Internacional das Mulheres (CIM) e da sua estrutura europeia, o Centro Europeu do Conselho Internacional das Mulheres e da Associação de Mulheres da Europa Meridional (AFEM). Membro da WoPAI – Plataforma de Ação Internacional de Mulheres e da Fundação das Mulheres do Euro-Mediterrâneo. Organização com Estatuto Consultivo Especial junto do Conselho Económico e Social (ECOSOC) da ONU. Declarada Entidade de Utilidade Pública pelo Despacho no 6166/2020, de 2.6.2020, publicado no D.R. no 112, II Série, de 9.6.2020.



Funded by  
the European Union